

O tema do STF de número 847 trata sobre a Definição dos limites à atuação do Poder Judiciário quanto ao preenchimento de cargo de defensor público em localidades desamparadas

O tema do STF de número 847 afirma que Ofende a autonomia administrativa das Defensorias Públicas decisão judicial que determine a lotação de defensor público em localidade desamparada em desacordo com os critérios previamente definidos pela própria instituição desde que observados os critérios do art caput e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ADCT